

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

UNIVISA

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

**O USO DOS MATERIAIS CONCRETOS PARA ESTIMULAR O
DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL (UM
ESTUDO DE CASO)**

DAYANE DA COSTA MORAIS SILVA E

EDJANE CORREIA DA SILVA

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE

2021

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	3
2- OBJETIVOS GERAL	4
2.1- Objetivos específicos.....	4
3- JUSTIFICATIVA.....	5
4- REVISÃO TEÓRICA.....	6
4.1. As fases do desenvolvimento de acordo com Piaget.....	6
4.2. Histórico da educação especial e sua evolução no Brasil e no mundo.....	7
4.3. A inclusão de crianças com autismo no ensino regular brasileiro.....	10
4.4. Enfoque na importância do profissional Acompanhante Terapêutico (AT) na escola	12
4.5. Relação família/escola em prol o desenvolvimento efetivo da criança com TEA	13
5- METODOLOGIA.....	17
6- BIBLIOGRAFIA.....	18

1. INTRODUÇÃO

Iremos analisar que o desenvolvimento da aprendizagem está diretamente ligado aos estímulos que o ambiente oferece e como o organismo se adapta aos mesmos, gerando assim mudanças que acarretam em desenvolvimento e conseqüentemente em aprendizagens, passando por fases de maturação no decorrer da vida. Com isso, iremos abordar a ligação existente na teoria de Piaget, com o desenvolvimento de ensino aprendizagem da criança com TEA (transtorno espectro autista).

Alguns estudos desenvolvidos pelo pesquisador Jean Piaget, são de extrema relevância para o entendimento e análises das fases de desenvolvimento humano no que compete o aspecto biológico. Segundo a Teoria de Piaget, o crescimento cognitivo da criança se dá por assimilação e acomodação. O indivíduo constrói esquemas de assimilação mental para abordar a realidade. É através das acomodações (que, por sua vez, levam à construção de novos esquemas de assimilação) que se dá o desenvolvimento cognitivo.

Sendo assim, o presente estudo conta também com o objetivo de mostrar a realidade do aluno com TEA (transtorno espectro autista), na educação infantil. Contudo, vamos abordar especificamente um estudo de caso com uma criança de 5 anos, que atualmente está na educação infantil Jardim IV, estuda em uma instituição de ensino privada.

Tal estudo, mostrará formas de ensino aprendizagem através de apresentações de materiais concretos, confeccionados e direcionados ao ensino e aprendizagem, e conseqüentemente, direcionados a inclusão. Fazendo desta, uma inclusão entre o aluno com TEA, os alunos típicos, o professor e a escola. Trazendo possibilidades de planejamentos e métodos que irão auxiliar nessa jornada.

2. OBJETIVOS

Geral

- Analisar o desenvolvimento do aluno com TEA, através da utilização dos materiais concretos no âmbito escolar, familiar e com ele mesmo.

2.1. Específicos

- Compreender cada fase do desenvolvimento infantil;
- Destacar a formação e importância em se ter um A.T. na escola;
- Discutir a relação da família - escola, para que o desenvolvimento da criança com TEA seja ainda mais efetivo.

3. JUSTIFICATIVA

O que nos motivou a pesquisar esse tema, foi a nossa curiosidade e a necessidade que percebemos, em entender melhor como podemos atuar com os alunos que têm o Transtorno do Espectro Autista em sala de aula.

Sabemos que o número de alunos com TEA vem aumentando cada vez mais, e além disso, sabe-se também que nem todos têm um acompanhamento necessário, que ajude nesse desenvolvimento de habilidades necessárias para o ensino aprendizagem acontecer de acordo com o que pede sua idade.

É de suma importância que nós como educadores, tenhamos mais conhecimentos sobre como se trabalhar com os alunos dentro do espectro. Precisamos buscar novas metodologias, que alcancem e compreendam melhor suas necessidades, sempre de forma inclusiva e eficaz. Por isso, o uso dos materiais concretos. Pois é uma forma lúdica e de muita eficiência para o alcance dos objetivos almejados.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 AS FASES DO DESENVOLVIMENTO DE ACORDO COM PIAGET

Para Piaget, o desenvolvimento infantil acontece em 4 fases, que são, sensório-motor, onde nessa fase acontece de 0 até os 2 anos. Quando a criança começa a entender algumas sensações e também toma consciência de que seus movimentos geram um impacto no ambiente ao seu redor. Pré-operatório, que vai dos 2 aos 7 anos. Que as crianças conseguem interpretar e criar imagens da realidade na mente. As brincadeiras de "faz de conta" são ótimas para trabalhar os estímulos. E a fala, apesar de começar bem antes, se desenvolve bastante nessa fase. É nessa fase que se baseia nosso estudo. Com terceira fase o operatório concreto, que é a fase que vai dos 8 aos 12 anos e é marcada pelo pensamento lógico concreto, ou seja, conceitos abstratos, como os sentimentos de amor, felicidade e outros ainda não conseguem ser internalizados. Além disso, crianças nessa idade conseguem distinguir valores e quantidades. A história de dividir um biscoito e dizer que são dois, não vai funcionar mais. E a fase do operatório formal, que começa a partir dos 12 anos. Essas crianças são capazes de manipular pessoas e também de entender conceitos matemáticos.

Com o desenrolar das análises, percebe-se a real importância de cada estágio para formação humana, e a relação de ligação de cada qual, e a relevância do equilíbrio entre adaptação, assimilações e acomodações as quais regem as passagens de estágios, as quais devem receber grande atenção e atendimento, pois ocorre nesse processo a progressão do conhecimento e a construção de estrutura para as demais aprendizagens do estágio a ser atingido (PIAGET, 2013).

Neste trabalho iremos trabalhar na segunda fase. Que é a fase do pré-operatório. Onde a criança consegue interpretar e criar imagens da realidade na mente. Com fichas de paramento e ilustração, por exemplo, e também o desenvolvimento da fala. Porém, com as crianças que possuem o transtorno, essa fase não é naturalmente adquirida. Requer mais tempo, mais habilidades ao usarem quaisquer dos métodos tradicionais para esta fase e também requer mais atenção.

Segundo a Lei (Nº 12764) aprovada em dezembro de 2012, no Congresso Nacional, sancionada pela Presidenta Dilma, prevê a inclusão de autistas em todos os âmbitos da sociedade, incluindo nas escolas. Sendo assim, iremos trazer alguns métodos para essa inclusão ser realizada e, contudo, cooperar para o desenvolvimento da criança F.C.

Além de abordar a importância e a relevância para o desenvolvimento dessa criança com TEA a partir de usos de jogos e brincadeiras. Alguns métodos metodológicos serão utilizados como, alfabeto móvel, números móveis, fichas de coordenação motora fina, fichas de coordenação motora-visual e fichas de pareamento utilizando números, letras e figuras.

4.2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUA EVOLUÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO

Algumas pesquisas relatam que foi no século XIX que os primeiros estudos passaram a ser realizados por diferentes pesquisadores ao redor do mundo. Isso não descarta a hipótese que houveram outros estudos anteriormente, porém, foi a partir desse século que as primeiras concepções a respeito do assunto passaram a ser, de fato, estudadas. Com isso, começaram a se aprofundar cada vez mais, sendo detalhistas e complexos. A partir desses estudos, começaram a implantar novas medidas educacionais e passaram a testá-las em sala de aula, as que deram certo continuam utilizando até os dias de hoje, já as que não deram tão certo assim, foram descartadas.

Atualmente, o tema “educação especial” está sendo discutido e tratado com maior ênfase e importância por vários órgãos públicos brasileiros, como, empresas particulares, grandes setores privados, entre outros. Porém, ele vem sendo cada vez mais trabalhado e estudado, principalmente, dentro do âmbito educacional. Por isso, a necessidade em ser sempre estudada e atualizada, como qualquer outra prática pedagógica.

Entretanto, no que tange à educação inclusiva, a educação especial está completamente interligada à necessidade de ser estudada e melhorada juntamente com recursos e estratégias que estejam conectadas à sala de aula comum, como salienta Machado et al. (2010):

A educação especial perpassa todos os níveis, etapas e demais modalidades de ensino, sem substituí-los, oferecendo aos seus alunos serviços, recursos e estratégias de acessibilidade ao ambiente e aos conhecimentos escolares. Nesse contexto, deixa de ser um sistema paralelo de ensino, com níveis e etapas próprias (MACHADO, *et al.*, 2010, p. 06).

Vários estudos e pesquisas foram e ainda hoje, são realizadas para conhecer e entender melhor as dificuldades sentidas entre os alunos no contexto de inclusão em sala de aula. Essas pesquisas foram de suma importância para o crescimento e desenvolvimento dos alunos que necessitam de um suporte específico. Por isso, precisamos ressaltar como é importante conhecer

algumas medidas tomadas por alguns desses líderes que, de uma forma ou de outra, tiveram importância decisiva na evolução da educação especial" (MAZZOTA, 2005, p. 17).

As primeiras medidas pensadas para melhorar o cotidiano da vida das pessoas com necessidades especiais, estavam diretamente ligadas ao contexto educacional. Sendo assim, as primeiras formas que objetivavam amenizar os problemas dos portadores de necessidades especiais surgiram dentro das escolas e depois, passaram a ser estudadas com maior cautela para que pudessem ser expandidas para outras áreas:

Foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizaram em medidas educacionais. Tais medidas educacionais foram se expandindo, tendo sido primeiramente levadas para os Estados Unidos e Canadá e posteriormente para outros países, inclusive o Brasil (MAZZOTA, 2005, p. 17).

A partir de então, a temática relacionada à educação especial passou a expandir-se em todos os setores, principalmente, no setor educacional, o que proporcionou várias discussões sobre o assunto e, por isso, passou a merecer maior atenção de vários pesquisadores e educadores da época.

No que se refere à evolução da educação especial no Brasil, foi em meados do século XX que as primeiras discussões relacionadas às políticas educacionais brasileiras passaram a ser repensadas em prol de alunos especiais e, desde então, é uma área da educação que está em constante processo de transformação, buscando sempre a melhora no atendimento e no ensino desses alunos. Como evidencia Mazzota (2005), os pesquisadores brasileiros puderam se basear no processo de transformação e de evolução das pesquisas que foram, inicialmente, concretizadas no continente europeu:

Inspirados em experiências concretizadas na Europa e Estados Unidos da América do Norte, alguns brasileiros iniciaram, já no século XIX, a organização de serviços para atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. Durante um século, tais providências caracterizaram-se como iniciativas oficiais e particulares isoladas, refletindo o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional dos portadores de deficiências. A inclusão de "educação de deficientes", da "educação dos excepcionais" ou da "educação especial" na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX (MAZZOTA, 2005, p. 27).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 salienta que todos os indivíduos têm direito à educação. Contudo, percebemos que nem toda criança portadora de necessidades especiais tem esse direito completamente efetivado e os motivos podem ser os mais variados possíveis,

como a falta de recursos das escolas ou falta de informação da família, a qual deveria ser assistida primeiramente pela escola.

No entanto, a presença de crianças especiais no âmbito escolar é algo que vem crescendo cada vez mais nas escolas particulares e públicas, porém, na medida do possível, esse direito vem sendo continuamente efetivado, visto que:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (em seu artigo 54, III, de 1990, que também afirma que “é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente [...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino”), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art. 58, de 1996); e no Decreto-Lei nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (ANTUNES, 2008, p. 17).

Observa-se que esse é um problema que, vem sendo solucionado aos poucos, dentro de nosso país, mesmo sabendo que isso ainda não ocorre de maneira totalmente eficaz, pois não temos como controlar o número preciso de crianças portadoras de necessidades especiais estão sendo atendidas no Brasil, pois o registro de pessoas deficientes no país ainda é um número que não pode ser considerado exato:

Para termos uma noção real da situação escolar do deficiente no Brasil, seria necessário que soubéssemos o número exato deles. Pois, a partir da comparação entre o número de habitantes brasileiros deficientes e o número de matrículas dos mesmos em instituições de ensino, poderíamos analisar se estas pessoas estariam sendo atendidas e recebendo uma educação de qualidade. Entretanto, nem mesmo o IBGE sabe ao certo este número. Desta forma se torna difícil saber como é a situação dos Deficientes, já que nem mesmo sabemos de quantos estamos falando (MACÊDO, 2010, p. 01).

No contexto educacional, estão havendo diversas mudanças e transformações ligadas diretamente às pessoas com deficiência:

Se por um lado estas mudanças nas concepções incitam a criação de novas expectativas educacionais por parte das pessoas com deficiência, das suas famílias e da sociedade em geral, além de incitar a reavaliação dos projetos pedagógicos das unidades escolares, em específico, dos seus objetivos e dos sistemas de avaliação, em todos os níveis; por outro, projetam uma perspectiva muito otimista para a educação especial, considerando como ela tem se desenvolvido até agora [...] (FERREIRA, 2002, p. 98).

Com isso, deixa-se claro o propósito de atender com dignidade o aluno portador de necessidade especial e fazer com que seu ensino possa ser realizado com êxito.

Apresentamos, pois, o contexto histórico da evolução da educação especial pelo mundo e seus reflexos no Brasil, destacando a importância do ensino-aprendizagem para alunos que são portadores de necessidades especiais.

4.3. A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NO ENSINO REGULAR BRASILEIRO

O transtorno do espectro do autista (TEA) é um transtorno relacionado ao desenvolvimento neurológico, que desafia a ciência por ter suas causas, ainda, pouco conhecidas. Sua caracterização é feita pelos sinais e sintomas apresentados pela pessoa, que compreendem dificuldade em se comunicar, dificuldade de interação social e por interesses ou movimentos repetidos realizados pela pessoa.

Relacionando-se aos âmbitos educacionais, é de suma importância declarar que todas as crianças com autismo, sem importar o grau, devem ser incluídos no ensino regular. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Constituição Federal Brasileira de 1988, asseguram em seus textos base, que “todos possuem acesso à educação”. Com isso, o aluno com autismo deve ser atendido, matriculado e recebido em qualquer escola de nível regular em todo o país e seu ensino deve ser efetivado tal qual como o de outras crianças. Sendo assim, o sistema educacional deve se preparar e fazer as devidas adaptações para recebe-los, e oferecer o atendimento ideal que é seu por direito.

Algumas crianças que tiveram seu diagnóstico tardio ou necessitam de um acompanhamento mais específico, precisam ser acompanhadas por profissionais da área da saúde e/ou educação, com o objetivo de ajuda-los a promover a autonomia e a reinserção social, contribuindo também na organização subjetiva da criança, são os chamados acompanhantes terapêuticos – AT, cujo, os mesmos precisam possuir uma formação compatível e específica para que possa dar todo o apoio e atenção necessários, auxiliando-os no seu processo de formação pedagógica.

A dificuldade de socialização, encontrada na maioria das crianças com autismo, pode ser trabalhada com atividades lúdicas, jogos e diálogos que o professor pode praticar em sala de aula. Essas metodologias podem ser realizadas entre o professor e o aluno com TEA, ou entre o aluno e os demais membros da classe, trabalhando também a interação social. No entanto, é importantíssimo destacar a necessidade do preparo e a especialização dos professores

para trabalhar com crianças com autismo, é extremamente importante e crucial em todos os aspectos.

Assim como argumentou Ana Basílio e Jéssica Moreira (2014), a capacitação deve se fazer presente em boa parte dos professores do ensino regular e dos que trabalham especificamente com crianças que possuem o TEA. Contudo, a qualidade do ensino deve ser mantida para que essa criança possa, de fato, estar sendo incluída e não inserida, e com isso, ela possa usufruir do sistema educacional de maneira coerente e não apenas frequentando a escola:

Por isso, mais do que a aprendizagem em si, é preciso se ater à qualidade de ensino oferecida. “É necessário um plano de ensino que respeite a capacidade de cada aluno e que proponha atividades diversificadas para todos e considere o conhecimento que cada aluno traz para a escola”, sugere Maria Teresa. A educadora aponta que é fundamental se afastar de modelos de avaliação escolar “que se baseiam em respostas pré-definidas ou que vinculam o saber às boas notas”, critica (BASÍLIO; MOREIRA, 2014 p. s/n).

Infelizmente, na maioria do território nacional, as escolas não encontram-se preparadas completamente para receber esses alunos e, em alguns casos, a solução é colocar tutores para acompanhá-los, mas que, muitas vezes, não possuem o estudo e o preparo necessário para auxiliá-los:

Como muitas vezes as equipes gestoras não estão preparadas para desenvolver um plano pedagógico com as crianças autistas, é comum que elas sejam acompanhadas por um orientador terapêutico o que, na visão da coordenadora da ONG Autismo e Realidade, Joana Portolese, é um erro. “Não se deve promover a substituição. Quando se entende que um profissional desse é necessário na escola, o trabalho deve ser complementar, sem que isso diminua a responsabilidade do professor”, avalia. Para Joana, não há ganhos ao individualizar a criança autista porque nem se considera como ela se desenvolve diante de um grupo (BASÍLIO; MOREIRA, 2014, p. s/n).

Joana Portolese (2014) *apud* Basílio e Moreira (2014), destaca a questão das habilidades da criança com autismo que devem ser levadas em conta no momento em que o professor escolhido para trabalhar com elas é designado: “No caso da criança com TEA, o que está em jogo são as habilidades. “É nelas que se deve investir” para, assim, desenvolver as inabilidades (...) Isso reafirma a necessidade de não se esperar um comportamento dado, ao que a maioria dos indivíduos do espectro autista não corresponde” (BASÍLIO; MOREIRA, 2014 p. s/n).

Assim como diz Basílio e Moreira: “Essas oportunidades e necessidades são subsídios para a escola trabalhar seu plano de escolaridade, já que a instituição, na visão da educadora, ‘é, por excelência um espaço de relação, de construção de autonomia, de resolução de problemas e de aprendizagem’” (BASÍLIO; MOREIRA, 2014 p. s/n). Mediante isto, é incontestável a importância da especialização, pois, através da mesma, podemos ver a evolução educacional, motivando ainda mais quando os aspectos que permeiam a vida escolar da criança com TEA podem ser percebidos com mais clareza e com resultados positivos.

No entanto, essa resistência entre as instituições especializadas e as escolas regulares, ainda é discutido nos autos padrões do sistema educacional brasileiro como uma das formas de fazer com que o verdadeiro propósito, que é de inclusão escolar, possa ser efetivado. Vale

salientar também que é importante que todos da comunidade escolar sejam capacitados para receber esses alunos com TEA, e não só os professores.

Desta maneira, entende-se que só poderá existir uma inclusão escolar de fato, se essas crianças irem até a escola e realizarem sua matrícula e, posteriormente, frequentar essas instituições de ensino, e também além de tudo, efetivar tudo o que as escolas e professores vem fazendo para acompanhar essas evoluções de novos métodos e metodologias na prática, e acima de tudo, fazendo com que um de seus direitos primordiais, que é o acesso à educação, possa ser respeitado com sucesso.

4.4. ENFOQUE NA IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO (AT) NA ESCOLA

Segundo a lei 12.764/12, é importante ressaltar que que o tratamento multiprofissional para a pessoa com diagnóstico de Transtorno de Espectro Autista lhe é assegurado. *Parágrafo único* - Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Diante do exposto, planos de saúde disponibilizam tratamento multidisciplinar, de acordo com a indicação médica, para uma criança com autismo. O tratamento consiste em Psicoterapia Comportamental “ABA”, com acompanhante terapêutico no ambiente escolar, além de fonoaudiologia e terapia ocupacional. A partir disso, será exposto as atribuições do acompanhante terapêutico em ambiente escolar.

O acompanhante terapêutico (AT) escolar, quando relacionado a ajuda nas atividades pedagógicas, pode começar por conhecer antecipadamente o calendário escolar, o projeto pedagógico, a metodologia da escola e o planejamento semanal do professor. Com isso, o AT, vai saber previamente como intervir com seu aluno e também antecipar sugestões, se necessário, para agir em parceria com o professor, para adaptações de atividades. O AT tem como dever, apoiar o estudante em suas atividades e fazer o mesmo sentir-se motivado para a aprendizagem.

Quanto a ajuda nas habilidades sociais do estudante, ele atua na mediação das situações sociais. Como, desviar a atenção da criança das manias, rituais e atividades repetitivas e estereotipadas; minimizar a tendência da criança com TEA ao isolamento social; estimular o contato visual; observar detalhadamente cada situação e prevenir comportamentos inadequados, antecipando verbalmente e objetivamente ou através de informações visuais, o que vai acontecer; ensinar a criança a se acalmar e, caso seja necessário, deve levar essa criança

a um ambiente mais tranquilo; encorajar a criança a solicitar ajuda ao professor, afinal, o acompanhante terapêutico está ali para auxiliar essa criança a realizar as atividades propostas pelo professor, e não para substituí-lo. Deve também, organizar a sequência de atividades diárias, tornando a vida da criança previsível, pois, ela precisa de previsibilidade para realizar bem suas atividades propostas diariamente e também para sua organização interna. Por isso, o papel do acompanhante terapêutico é de suma importância na vivência escolar de uma criança com transtorno do espectro autista.

Além da antecipação, para o estudante com TEA, é muito importante o reforço positivo verbal. Ou seja, sempre que ele realiza suas atividades com autonomia, ou apresenta um comportamento correto e adequado, se faz necessário o “muito bem”, “boa”, “parabéns”, e também o gestual, que é o famoso “joinha”, um sorriso, palmas. Também sempre que necessário, é importante dizer para a criança esperar, pois, a partir do “espera”, ajuda a acontecer o desenvolvimento de sua autonomia, iniciativa e compreensão daquilo que está fazendo ou do que precisa fazer.

Todas essas aquisições sobre o acompanhante terapêutico na escola, são essenciais para a formação adequada de uma criança com TEA. Atribuições essas, que apenas um professor não tem disponibilidade de contemplar diariamente. Por isso se faz tão necessário a permanência do AT escolar, juntamente com seu estudante com TEA, para que seu desenvolvimento tanto em nível de ensino aprendizagem, quanto em nível social, se faça presente em suas adequadas acomodações.

4.5. RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA EM PROL O DESENVOLVIMENTO EFETIVO DA CRIANÇA COM TEA

A família sendo um núcleo praticamente comum nas sociedades, pode ser considerada um dos primeiros ambientes de socialização do indivíduo ao ser a principal mediadora dos padrões, modelos e influências culturais (Amazonas, Damasceno, Terto & Silva, 2003; Kreppner, 1992, 2000). É com a família que o indivíduo aprende sobre crenças, valores, significados, respeito, limites entre tantas coisas.

Como bem define Mônica Santos (1999), quando se refere à relação entre família e escola, é preciso que ambas assumam um compromisso de reciprocidade, onde as responsabilidades sejam divididas igualmente:

No que cabe às relações entre família e escola, torna-se imperativo assumir um compromisso com a reciprocidade. De um lado, a família, com sua vivência e sabedoria prática a respeito de seus filhos. De outro, a escola com sua convivência e sabedoria não menos prática a respeito de seus alunos. É preciso entender que esses mesmos alunos são também os filhos, e que os filhos são (ou serão) os alunos. Dito de outra forma: cabe às duas instituições mais básicas das sociedades letradas o movimento de aproximação num plano mais horizontal, de distribuição mais igualitária de responsabilidades. (1999, p. 05)

Nesta visão, acredita-se que “a escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão” (REGO, 2003 apud DESSEN; POLONIA, 2007, p. 22). Assim, formam os dois principais ambientes de desenvolvimento humano, sendo responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado.

Portanto, a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. (DESSSEN, POLONIA, 2007, p. 22)

Contudo, é fundamental promover a colaboração entre escola e família, pois um influencia no andamento do outro e, por isso, necessitam andar juntos, de maneira a promover o desenvolvimento da aprendizagem humana.

De acordo com a "Declaração de Salamanca", no que se refere ao papel da família no processo de inclusão, demanda que se:

(...) encorajem e facilitem a participação de pais, comunidade e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisões concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais (1994, p. 02).

Também afirma que:

(...) ao mesmo tempo em que escolas inclusivas provêm um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários. (p. 05)

Há uma grande necessidade de parceria entre família, professores e profissionais da escola, com a finalidade de maximizar os esforços para a inclusão, da melhor forma possível, dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular. Essa parceria faz toda a diferença no desenvolvimento do aluno, assim como TANAKA afirma:

A família do aluno especial é a principal responsável pelas ações do seu filho com necessidades especiais, visto que é ela quem lhe oferece a primeira formação. Na integração/inclusão escolar, o aluno com apoio dos profissionais e da família, poderá adquirir competências ainda maiores, se tiver um envolvimento como a "parceria". (TANAKA, 2010, p. 115)

É preciso que todos tenham consciência de que alunos com deficiência têm as mesmas necessidades que outros alunos ditos “normais”, por tanto, não se pode discriminá-los e permitir que vivam separados da sociedade:

Portanto, é preciso que todos (família/sociedade/escola) tenham consciência de que alunos da Educação Especial: são vivos, sentem, observam, têm as mesmas necessidades que outros alunos e não se pode confiná-los num mundo à parte. (TANAKA, 2010, p. 116)

Por isso, há necessidade das escolas se adaptarem para recebe-los bem. Além da escola se especializar para receber esses alunos (professores, funcionários, equipe pedagógica), o preparo da comunidade escolar, da família e da sociedade também são cruciais para o desenvolvimento de uma criança com TEA:

“Para além da relação professor aluno, as estratégias inclusivas devem acionar a comunidade escolar e os familiares dos estudantes. “É importante garantir momentos para que todos discutam a questão e possam pensar de forma conjunta ações concretas para que a inclusão aconteça”, recomenda o educador” (BASÍLIO; MOREIRA, 2014 p. s/n).

É preciso reconhecer que nos últimos anos, o Brasil tem progredido, no que concerne ao ensino especializado de crianças especiais, especificamente, alunos autistas. O que é notório, é perceber que, na maioria das vezes, as famílias também necessitam de apoio e de esclarecimentos acerca do transtorno, para poder então, auxiliar essas crianças a possuir um futuro melhor e com maiores oportunidades e perspectivas.

No entanto, é importante frisar o papel crucial das famílias desses alunos no que concerne ao auxílio estudantil e educacional, como o fato de procurar ajuda ou, até mesmo, buscar matricular o filho no ensino regular, afinal,

Os embates referentes à inclusão, no entanto, não impedem os especialistas de reconhecer uma melhora no cenário. “É a partir da presença dessas crianças na escola que esses sistemas educacionais vão se mobilizar para entender em que sentido precisam se aperfeiçoar”, reconhece Maria Teresa Mantoan. Os gargalos educacionais podem ser ponto de partida de debates que induzam políticas públicas (BASÍLIO; MOREIRA, 2014 p. s/n).

Sendo assim, o reconhecimento precoce, assim como as terapias comportamentais, educacionais e familiares podem reduzir os sintomas, além de oferecer um pilar de apoio ao desenvolvimento e à aprendizagem.

5. METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois refere-se à observação e análise de um sujeito. Onde temos como objetivo o acompanhamento do comportamento de uma criança com transtorno do espectro autismo (TEA) na educação infantil.

Sendo assim, seus respectivos objetivos, serão abordados de uma forma descritiva. Onde será analisado, presenciado e descrito no mesmo. Tendo como proposta, a utilização de materiais concretos para o alcance do desenvolvimento e habilidades necessárias para a criança em observação.

Terá como procedimento técnico o estudo de caso, onde irá proporcionar a análise e observação dessa criança de forma detalhada e específica. Identificando seus níveis de aprendizagem e habilidades necessárias de acordo com sua idade, observando seu desenvolvimento escolar, terapêutico e familiar, e analisando também seu nível de acompanhamento necessário para aquisição dessas habilidades e ensino aprendizagem em todos esses meios.

Para coleta de dados, será utilizado a observação contínua e diária dessa criança no âmbito escolar. Também será utilizado questionários para o profissional que acompanha esse indivíduo na área terapêutica de psicopedagogia, questionário para a família e para a professora. Buscando assim, um entendimento geral de como essa criança se desenvolveu ao longo do ano letivo, após o uso dos materiais concretos juntamente com profissionais adequados auxiliando nessa jornada, como o profissional acompanhante terapêutico.

6. BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Celso. **Inclusão: o nascer de uma nova pedagogia**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

BASÍLIO, Ana; MOREIRA, Jéssica. **Autismo e escola: os desafios e a necessidade de inclusão**. Disponível em: Acesso em 14 de maio de 2021.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto. **A escolarização da pessoa com deficiência mental**. IN.: CAMPOS, Sandra Regina Leite; HARRISON, Kathryn Marie Pacheco, 2002;

MACÊDO, Janaína Amanda Sobral. **Inclusão: a escola está preparada para ela?** Disponível em: < <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/inclusao-escola-esta-preparada-para-ela.htm>>. Acesso em 21 de maio de 2021.

MACHADO, Rosângela; MANTOAN, Maria Teresa Égler; RAPOLI, Edilene Aparecida; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos. **A escola comum na perspectiva inclusiva**. In.: MACHADO, Rosângela. *Et Al*. A escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

MANTOAN, M.T. E. (1999). Teachers' education for inclusive teaching: refinement of institutional actions. In Revue Francophone de la Déficience Intellectuelle. número spéciale.(pp. 52-54). Colloque Recherche Défi 1999. Montréal/Québec, Canada.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

POLONIA, A.C.; DESSEN, M. A. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Família e Escola**, Campinas, 2007

TANAKA, L. M. **Contos de fadas frente à Inclusão Escolar: A construção da imagem simbólica coletiva**. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

Pesquisas da internet

Redação gazeta - 6 de fevereiro de 2021, 11:40h – 26/05/2021, 23h38min

https://docs.google.com/document/d/1G4uH80fs9vbSJIbftn_8ZJqiQmqjliia-pcaSNRnSto/edit

https://docs.google.com/document/d/1G4uH80fs9vbSJIbftn_8ZJqiQmqjliia-pcaSNRnSto/edit

<https://holiste.com.br/o-papel-acompanhante-terapeutico/>

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15065/1/2015_AndreiaCosmeDeOliveira_tcc.pdf
[16.06.2021](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15065/1/2015_AndreiaCosmeDeOliveira_tcc.pdf)